



Boa Vista Quinta-feira, 28 de abril de 2011

Buscar Notícias...

Compartilhar

Comentar

Imprimir

Publicidades

Links e Serviços

[Página Inicial](#)

[Folha Impressa](#)

[Últimas Notícias](#)

[Cinema](#)

[Horóscopo](#)

[Entrevista Virtual](#)

[SIGA-ME NO TWITTER](#)

Colunas

[Social Shirley Rodrigues](#)

[Okiá Vanessa Brandão](#)

[Desperta! Neuraci Soares](#)

[Em Pauta](#)

[PodCast](#)

[Jessé Souza](#)

[Minha Rua Fala](#)

[Parábola](#)

Serviços

[Cadastre-se](#)

[Classificados](#)

[Denúncias](#)

[Fale Contato](#)

WebMail

ENTRAR



O campo de estudos das políticas públicas

Elói Martins Senhoras *

A institucionalização do campo de políticas públicas no Brasil é extremamente recente e advinda de distintas influências que foram sendo construídas dentro de segmentos específicos dos campos epistemológicos da ciência política e da administração, principalmente na academia européia e americana.

Na Europa, a área surgiu como um desdobramento teórico dos estudos políticos clássicos com o objetivo de explicar o papel do Estado na prática, por meio de uma abordagem sobre a formulação de políticas públicas. Nos Estados Unidos, ao contrário, a área de políticas públicas surgiu com um enfoque pragmático, ligado diretamente aos estudos da administração pública, ao enfatizar a ação dos governos no processo de policymaking.

Em função dos diferentes paradigmas científicos construídos no mundo ocidental, não existe uma definição única sobre as políticas públicas, o que corrobora para a difusão de interpretações clássicas e não-clássicas existentes nos campos das ciências políticas, da administração ou gestão pública, ou ainda da economia, planejamento e finanças públicas.

No Brasil, o campo das políticas públicas se revela multidisciplinar e absorvente por buscar sintetizar teorias construídas nas grandes áreas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, motivo pelo qual pesquisadores de tantas disciplinas partilharem um interesse comum, o qual tem contribuído para avanços teóricos e empíricos.

Neste contexto, observa-se a construção de uma perspectiva minimalista de análise, que enfoca os conflitos de interesses, preferências e idéias desenvolvidos no âmbito da política, em contraposição a uma perspectiva maximalista, que valoriza o estudo das instituições e das estruturas políticas que compõem os governos.

A concepção maximalista sobre o desenho das políticas públicas tem regras que regem sua elaboração e implementação, porém são muitas vezes definidos também por uma visão minimalista dos conflitos de interesses e dos arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.

Ao se buscar a aproximação dialógica entre as análises minimalista e maximalista, a análise das políticas públicas pode se basear em uma profícua interpretação sistêmica existente na relação entre formulação, resultados e ambiente institucional onde elas estão inseridas, haja vista que as políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, o que acaba por influenciar seus resultados conhecidos como outputs.

Esta visão sistêmica valoriza a abrangência do campo de estudos das políticas públicas, ao mostrar que ele envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados ao processo de tomada de decisões, articulados predominantemente por instituições e burocracias públicas, embora não restritos às políticas estatais.

De maneira genérica, esta visão sistêmica permite interpretar as políticas públicas como ações, projetadas pelos governos através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade, embora com repercussões positivas e negativas em distintos atores, que são de responsabilidade do poder público quanto à formulação, execução e avaliação.

De maneira específica, a análise sistêmica das políticas públicas tem diferenciado tradicionalmente três dimensões da política, primeiro, com a visão institucional da política, identificada no inglês como polity, a visão processual, denominada politics, e por fim, a visão dos conteúdos das políticas, identificada como policy.

Na realidade essas três dimensões da política são entrelaçadas e se influenciam mutuamente, o que torna relevante a diferenciação teórica para fornecer categorias analíticas que possam beneficiar um olhar profundo sobre instituições, processos ou conteúdos produzidos pelas políticas públicas.

Destacadamente, ao serem atividades resultantes da atividade política (politics), as políticas públicas (policies) compreendem um conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores que não se caracterizam como privados ou coletivos, pois têm uma dimensão pública que é revestida, tanto, por um conteúdo político (polity), quanto, pela

autoridade soberana do poder público.

Conclui-se, assim, que o campo de análise de políticas públicas, antes de se restringir à pura avaliação de planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais, incorpora uma agenda sistêmica aberta ao mapeamento das instituições políticas e do processo de funcionamento da máquina pública, corroborando para o monitoramento e a cobrança de questões de efetividade, eficiência, accountability, desempenho e transparência na gestão pública.

*** Economista e cientista político, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Outros artigos do autor podem ser encontrados em <http://works.bepress.com/eloisenhora>. Endereço para contato: eloisenhora@gmail.com**



Principal



Assinatura



Expediente



Denúncias



Classificados



Fale Conosco

Copyright © 2008 - Folha de Boa Vista - Todos os Direitos Reservados